

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA – INC
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

EUGÊNIO DA ROCHA PEREIRA

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O IMPACTO DAS POLÍTICAS ESTUDANTIS NA
PERMANÊNCIA E NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE DISCENTES
INTERIORANOS DO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA DA UFAM**

BENJAMIN CONSTANT – AM

2025

EUGÊNIO DA ROCHA PEREIRA

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O IMPACTO DAS POLÍTICAS ESTUDANTIS NA
PERMANÊNCIA E NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE DISCENTES
INTERIORANOS DO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA DA UFAM**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Natureza e Cultura da Universidade
Federal do Amazonas, como requisito obrigatório para
obtenção do Título de Bacharel em Administração

Orientador: Prof. Esp. MARCIO GLEICK FELIX DE OLIVEIRA

BENJAMIN CONSTANT – AM

2025

EUGÊNIO DA ROCHA PEREIRA

Assistência estudantil: O impacto das políticas estudantis na permanência e no desempenho acadêmico de discentes interioranos do Instituto de Natureza e Cultura da UFAM

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, como requisito obrigatório para obtenção do Título de Bacharel em Administração

Este trabalho foi defendido e provado pela banca em 19/12/2025:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Marcio Gleick Felix de Oliveira – Orientador/Presidente
Instituto de Natureza e Cultura/Universidade Federal do Amazonas

Prof. Me. Antônio Vagner Almeida Olavo - Membro
Instituto de Natureza e Cultura/Universidade Federal do Amazonas

Prof. Me. Francisco Olimpio de Souza - Membro
Instituto de Natureza e Cultura/Universidade Federal do Amazonas

Dedico este trabalho, preliminarmente, à Deus, pela graça, fortaleza e resiliência concedidas ao longo de toda a jornada. Aos meus amados pais, Antônio dos Santos Pereira e Ivana Fernandes da Rocha, pilares inabaláveis de minha formação moral e intelectual, por seus inestimáveis incentivos e sacrifícios que pavimentaram este percurso. À minha companheira, Érica Hellen Franco de Souza, pelo apoio irrestrito, compreensão e estímulo constante, elementos cruciais para a concretização desta etapa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha gratidão à Força Superior que me guiou e sustentou ao longo de toda esta jornada acadêmica.

Expresso gratidão aos meus pais, Antônio dos Santos Pereira e minha mãe, Ivana Fernandes da Rocha, cujo esforço, afeto e suporte inabalável, mesmo à distância, foram alicerces para a conclusão deste percurso.

Manifesto meu apreço à minha companheira Érica Hellen Franco de Souza, pela parceria incondicional, incentivo cotidiano e fundamental compreensão durante as fases mais exigentes do trabalho.

Estendo minha gratidão aos meus irmãos, por fazerem parte de minha formação pessoal e por serem fontes de incentivo.

A todos os membros do corpo docente que contribuíram significativamente para o meu desenvolvimento intelectual. De forma especial, ao Professor Márcio Gleick Felix de Oliveira, que, com notável competência e paciência didática, me orientou no trabalho de Conclusão de Curso. Sua liderança acadêmica foi crucial para o êxito deste projeto. Registro um profundo agradecimento à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao seu Instituto de Natureza e Cultura (INC), pela excelência do ensino e pela estrutura que possibilitou a minha formação.

Por fim, aos colegas e amigos que compartilharam os desafios e as conquistas do ambiente universitário, minha eterna consideração.

Epígrafe

” Não basta acender a luz do conhecimento para quem caminha. É preciso construir o chão para que o passo do interiorano se firme, e a permanência floresça em desempenho, não em saudade.”

RESUMO

O presente estudo investiga o impacto das políticas de assistência estudantil na permanência e no desempenho acadêmico de discentes interioranos do Instituto de Natureza e Cultura (INC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Localizado em Benjamin Constant, no Polo Alto Solimões, o INC atende majoritariamente estudantes provenientes de municípios do interior do Amazonas, os quais enfrentam desafios financeiros, sociais e culturais significativos. Este trabalho, de natureza qualitativa e quantitativa, utilizou pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e análise de dados coletados através de questionários aplicados a 51 discentes interioranos e à Gestão de Assistência Estudantil (GAEST). Os resultados evidenciam que as políticas de assistência estudantil, embora essenciais, enfrentam limitações em sua implementação e abrangência. O estudo conclui que a permanência estudantil é multifatorial, dependendo não apenas de auxílios financeiros, mas também de suporte psicossocial, infraestrutura adequada e políticas que valorizem a diversidade cultural e linguística dos discentes. As recomendações incluem a expansão e reformulação dos programas de assistência, considerando as particularidades geográficas, socioculturais e econômicas da região amazônica.

Palavras-chave: Assistência estudantil. Discentes interioranos. Permanência estudantil. Desempenho acadêmico. Educação superior. Amazônia.

RESUMEN

El presente estudio investiga el impacto de las políticas de asistencia estudiantil en la permanencia y el desempeño académico de estudiantes del interior del Instituto de Naturaleza y Cultura (INC) de la Universidad Federal de Amazonas (UFAM). Ubicado en Benjamin Constant, en el Polo Alto Solimões, el INC atiende principalmente a estudiantes de municipios del interior de Amazonas, que enfrentan desafíos financieros, sociales y culturales significativos. Este trabajo, de naturaleza cualitativa y cuantitativa, utilizó investigación bibliográfica, investigación de campo y análisis de datos recopilados a través de cuestionarios aplicados a 51 estudiantes del interior y a la Gestión de Asistencia Estudiantil (GAEST). Los resultados muestran que las políticas de asistencia estudiantil, aunque esenciales, enfrentan limitaciones en su implementación y cobertura. El estudio concluye que la permanencia estudiantil es multifactorial, dependiendo no solo de ayudas financieras, sino también de apoyo psicosocial, infraestructura adecuada y políticas que valoren la diversidad cultural y lingüística de los estudiantes. Las recomendaciones incluyen la expansión y reformulación de los programas de asistencia, considerando las particularidades geográficas, socioculturales y económicas de la región amazónica.

Palabras clave: Asistencia estudiantil. Estudiantes del interior. Permanencia estudiantil. Desempeño académico. Educación superior. Amazonía.

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1: Participantes da pesquisa.....	33
TABELA 2: Período e quantitativos do discentes.....	33
TABELA 3: Os principais auxílios do INC.....	33
TABELA 4: Benefícios mais relevantes.....	34
TABELA 5: Suficiência dos auxílios.....	36
TABELA 6: Equipe da assistência estudantil.....	37
TABELA 7: Aprimoramento necessário.	38

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REFERENCIAL TEORICO	12
2.1 A Universidade Federal Do Amazonas E Sua Importância Para A Sociedade.	12
2.1.1 A Estrutura Jurídica da Universidade Federal do Amazonas	14
2.2 Políticas de Assistência Estudantil no Ensino Superior	16
2.3 Auxílios Ofertados pelo Instituto de Natureza e Cultura-UFAM	18
2.4 Permanência e Evasão no Ensino Superior.....	23
2.5 O Estudante Interiorano No Contexto Universitário	25
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS	27
3.1 Enfoque Da Pesquisa	27
3.2 Caracterização Da Pesquisa.....	28
3.2.1 Técnicas E Instrumentos De Coletas De Dados	29
3.3 Lócus E Colaboradores Da Pesquisa	30
3.3.1 Sujeitos da pesquisa	31
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADO	32
4.1. Investigar As Principais Políticas De Assistência Estudantil Oferecidas Pelo INC-UFAM Aos Alunos De Outros Municípios.	32
4.2. Avaliar a percepção dos discentes interioranos sobre a importância e a suficiência dessas políticas para sua permanência na universidade.	33
4.3 Investigar os principais desafios enfrentados por esses discentes, para além da questão financeira, e como a assistência estudantil pode mitigar tais problemas.	34
4.4. Assistência Estudantil: Equipe E Acompanhamento Que Auxiliam Os Discentes	35
4.5. Ações Da GAEST Para A Melhoria Das Políticas Estudantis	37
5. CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICES	44
Apêndice A-Formulario para discentes interioriano	44
Apêndice B-Roteiro de entrevista	45

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo volta-se para a realidade da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), especialmente no Instituto de Natureza e Cultura (INC), campus localizado em Benjamin Constant, no Polo Alto Solimões. Este contexto é marcado pela distância dos centros urbanos, pela alta diversidade cultural e pela prevalência de um corpo discente interiorano de município do interior. Para esses estudantes, a permanência implica um duplo desafio, o acadêmico e o socioeconômico de manter-se longe de sua base familiar e comunitária. A eficácia e o impacto dessas políticas em um ambiente fronteiriço e interiorano, onde a vulnerabilidade social é acentuada, merecem uma análise aprofundada.

O foco desta pesquisa concentra-se com o tema, Assistência estudantil: O impacto das políticas estudantis na permanência e no desempenho acadêmico de discentes interioranos no Instituto de Natureza e Cultura da UFAM. A investigação é norteada pela seguinte problemática: em que medida as políticas de assistência estudantil do Instituto de Natureza e Cultura (INC) da UFAM influenciam a permanência e o desempenho acadêmico dos discentes proveniente do interior.

Esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar o impacto das políticas de assistência estudantil oferecidas pelo INC da UFAM na permanência e no desempenho acadêmico de seus discentes interiorano de municípios do interior. E os objetivos específicos, sendo eles; a) Investigar as principais políticas de assistência estudantil oferecidas pelo INC-UFAM aos discentes de outros municípios; b) Avaliar a percepção dos discentes interioranos sobre a importância e a suficiência dessas políticas para sua permanência na universidade; c) Investigar os principais desafios enfrentados por esses discentes, para além da questão financeira, e como a assistência estudantil pode mitigar tais problemas.

Para isso, propõe-se investigar o funcionamento e os critérios de acesso das principais políticas disponíveis, tais como auxílios Moradia, Residência Universitária, Acadêmico e Inclusão Digital, avaliar a percepção dos discentes interioranos sobre a importância, a adequação e a suficiência desses auxílios, e relacionar o recebimento da assistência estudantil com as taxas de permanência e indicadores de desempenho acadêmico do público-alvo.

A relevância deste estudo contribui para a literatura ao focar em um contexto geossocial pouco explorado, o interior da Amazônia, enriquecendo o debate com

dados de uma realidade fronteiriça e interiorana. Institucional, uma vez que os resultados servirão como insumo estratégico para a gestão do INC-UFAM e a Gerência de Assistência Estudantil (GAEST), oferecendo subsídios concretos para o aprimoramento e o desempenho de políticas, mas eficientes. E social, pois ao dar voz aos estudantes interioranos, destaca a luta pela permanência e pela mobilidade social, constituindo-se em um investimento no desenvolvimento sustentável e na formação de lideranças e profissionais qualificados para a região de origem.

Está trabalho está organizado em cinco capítulos, sendo eles; 1. Introdução; 2. Referencial teórico: este capítulo abrange cinco subtópicos principais; 2.1 A universidade Federal do Amazonas e sua importância para a sociedade, a Estrutura Jurídica da Universidade Federal do Amazonas, 2.2 Políticas de Assistência Estudantil no Ensino Superior; 2.3 Auxílios Ofertados pelo Instituto de Natureza e Cultura-UFAM; 2.4 Permanência e Evasão no Ensino Superior; 2.5 O Estudante Interiorano no Contexto Universitário.

Tais subtópicos tiveram como principais teóricos utilizados os autores como UFAM (1909), Marilene Chauí (2003), Florestan Fernandes (1979), SILVEIRA (2013), Cury (2008) entre outros, e as legislações e resoluções que embasam legalmente as concepções apresentadas: Resolução N° 027/2006-CONSUNI; a Lei n°4.062-A, de 12 de junho de 1962; Lei n°10.468, de 20 de julho de 2002; Lei n°14.914, de 3 de julho de 2024.

Em seguida o capítulo 3 (três) que são caminhos metodológicos utilizados nesta pesquisa foram; a pesquisa bibliográfica que, Segundo Gil a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p.44). Fez-se uso dos métodos misto que é uma abordagem que combina os enfoques quantitativos e qualitativos em um único estudo.

O tipo de pesquisa dentro desse estudo foi a pesquisa de campo por ser o tipo de pesquisa em que o pesquisador entre contato com o seu objeto de estudo, o pesquisador vai ao local, ou seja, ao campo para observar, coletar, analisar e interpretar informações sobre os fatos ou fenômenos no seu contexto de ocorrência, buscando obter dados em sua fonte primária, ou seja, na realidade empírica. Como técnicas e instrumentos de coleta de dados utilizou-se, a observação não-participante e questionário fechado e aberto.

Em sequência o capítulo 4 (quatro) que tem como objetivo apresentar a Análise e Discussão dos Resultados desta pesquisa. Nele, serão detalhados os resultados alcançados neste trabalho, utilizando tabelas para facilitar a análise e comparação das respostas obtidas através dos questionários aplicados ao GAEST e aos discentes interioranos. Por fim o capítulo 5 (cinco) a conclusão deste trabalho, nele estará detalhado os objetivos alcançados dentro deste estudo.

2. REFERENCIAL TEORICO

Considerando o tema: O impacto das políticas de assistência estudantil na permanência e no desempenho acadêmico de discentes interioranos do Instituto de Natureza e Cultura da UFAM. É apresentado conceitos relacionados a este como parâmetro teórico das discussões na pesquisa.

O capítulo apresenta o referencial teórico que embasa a pesquisa sobre o impacto das políticas de assistência estudantil na permanência e no desempenho acadêmico de alunos interioranos. O objetivo é fornecer uma base sólida e fundamentada para a análise dos dados coletados, bem como para a discussão dos resultados obtidos.

A revisão da literatura abrange cinco áreas principais: A Universidade Federal do Amazonas e sua importância para a sociedade; A Estrutura Jurídica da Universidade Federal do Amazonas; Políticas de Assistência Estudantil no Ensino Superior; Permanência e Evasão no Ensino Superior; O Estudante Interiorano no Contexto Universitário.

Este referencial teórico oferece uma visão abrangente dos fundamentos que norteiam a pesquisa.

2.1 A Universidade Federal Do Amazonas E Sua Importância Para A Sociedade.

A Universidade Federal do Amazonas -UFAM é uma instituição de ensino superior pública brasileira, sediada em Manaus, capital do estado do Amazonas. No entanto, sua definição vai além de uma simples localização geográfica ou de seus status públicos. A UFAM é uma das universidades mais antigas do Brasil e um polo de produção de conhecimento científico e cultural de extrema relevância para a Região Norte (UFAM, 1909).

A UFAM se distingue por sua trajetória histórica singular. Sua origem remonta à criação da Escola Universitária Livre de Manáos, em 17 de janeiro de 1909, durante o auge do Ciclo da Borracha. Este fato amplamente reconhecido e registrado, confere

á UFAM o título de primeira universidade brasileira, estabelecendo-a como pioneira no sistema de ensino superior do país. Posteriormente, a instituição passou por diversas transformações, sendo reestruturada e federalizada em 1965, com a criação da Fundação Universidade do Amazonas (FUA), que deu origem à atual Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A história da UFAM, portanto, se entrelaça com o próprio desenvolvimento da Amazonia, refletindo as necessidades e os desafios da região (UFAM, 1909).

A importância da UFAM transcende o ensino tradicional. Ela atua como um centro de pesquisa e extensão fundamental para a Amazônia, desempenhando um papel crucial no estado e na preservação da biodiversidade e das culturas locais. A universidade não apenas forma profissionais, mas também é responsável por grande parte da produção científica sobre a região, contribuindo para o avanço da ciência e da tecnologia com foco nos desafios ambientais e sociais da Amazônia.

Marilene Chauí (2003) defendem que a universidade pública deve ter um compromisso social, atuando para “colocar-se contra a exclusão social”. Nesse sentido, a UFAM desempenha um papel vital ao levar educação de qualidade para além da capital, com campi em diversos municípios do interior do Amazonas, como Coari, Itacoatiara, Humaitá, Parintins e Benjamin Constant. Essa capilaridade é essencial para democratizar o acesso ao ensino superior em uma região de grandes dimensões e desafios logísticos.

Além disso, a UFAM contribui para o desenvolvimento regional ao formar capital humano qualificado e ao desenvolver pesquisas aplicadas que geram soluções para as comunidades locais. Seu papel na área de ciências ambientais e biológicas é particularmente notável, dada a riqueza e a fragilidade do bioma amazônico. A universidade se torna, assim, um agente de desenvolvimento sustentável, unindo pesquisa, ensino e extensão para promover o bem-estar da população.

A universidade Federal do Amazonas (UFAM) é uma instituição de extrema importância para a sociedade, indo além de suas funções tradicionais de ensino e pesquisa. Seu impacto é especialmente relevante para a região amazônica, onde atua como um polo de desenvolvimento científico, cultural e social. Ela é o principal centro de pesquisa regional e vital, como defendido por Florestan Fernandes (1979), que via a universidade como um agente de transformação capaz de gerar conhecimento alinhado com as necessidades do país. No caso da UFAM, isso se traduz em pesquisas sobre o uso sustentável de recursos naturais, a conservação da floresta e

a melhoria da qualidade de vida das comunidades amazônicas. No entanto ela não apenas forma pesquisadores, mas também gera conhecimento que tem um impacto direto e positivo na vida das pessoas.

Como argumenta Marilena Chauí (2003), a universidade pública tem o compromisso de “promover a emancipação dos indivíduos” e combater a exclusão social. A UFAM cumpre essa missão ao oferecer cursos em diversos campi no interior do Amazonas, o que permite que jovens dessas localidades tenham acesso à educação superior sem precisar migrar para a capital, isso não apenas retém talentos na região, mas também contribui para o desempenho local.

A importância da UFAM também se manifesta em sua atuação social e cultural, através de projetos de extensão, a universidade leva conhecimento e serviços para as comunidades, ela também contribui para preservação das tradições e da história da Amazônia, valorizando as identidades culturais e promovendo o diálogo entre saberes científicos e tradicionais. Essa função é fundamental para a manutenção de riqueza cultural da região e para a construção de uma identidade regional forte e resiliente, no entanto a Universidade Federal do Amazonas é um pilar estratégico para sociedade, ela não é apenas uma instituição de ensino, mas um motor de desenvolvimento, um agente de inclusão social e um centro de preservação cultural.

2.1.1 A Estrutura Jurídica da Universidade Federal do Amazonas

O marco legal primário para a instituição da universidade é a Lei nº4.062-A, de 12 de junho de 1962, em seu; Art. 1º. “Fica criada a Fundação Universidade do Amazonas, que o Poder Executivo instituirá, com caráter de Fundação, a qual se regerá por Estatuto a serem aprovados pelo Presidente do Conselho de Ministros.” (BRASIL,1962)

A Lei nº4.062-A, de 1962, em seu; Art. 1º, é o ato de criação de Instituição, que inicialmente recebeu o nome de Fundação Universidade do Amazonas, a criação desta Fundação insere-se no contexto de desenvolvimento e expansão do ensino superior no Brasil.

Essa fundação, concebida para ser a mantenedora da universidade, foi formalmente estabelecida pelo Decreto nº53.699, de 13 de março de 1964, por seu Art. 1º que, “Fica instituída a Fundação Universidade do Amazonas, com sede e fôro em Manaus, capital do Estado do Amazonas.” (BRASIL, 1964). Este decreto detalhou

a estrutura inicial e os objetivos da fundação, conferindo-lhe personalidade jurídica e autonomia para dar início a organização da então Universidade do Amazonas.

Posteriormente, a denominação da instituição foi oficialmente atualizada pela Lei nº10.468, de 20 de julho de 2002, que alterou a lei de criação para estabelecer o nome “Universidade Federal do Amazonas”, altera o art. 3º da Lei nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962, dando nova denominação à Universidade do Amazonas. Art. 3º “A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade Federal do Amazonas, com sede em Manaus, instituição de ensino superior, de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e da divulgação científica, técnica e cultural.”(BRASIL, 2002). Além das leis específicas de sua criação, a UFAM é regida por princípios constitucionais que garantem sua operação.

O pilar fundamental é o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, que assegura a todas as universidades federais a autonomia didática-científica, administração e de gestão financeira e patrimonial. Conforme o seu artigo Art. 1º; é dada nova redação e acrescentado parágrafo único ao art. 207 da Constituição Federal, nos seguintes termos: Art. 207 “As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Este dispositivo constitucional é a principal garantia legal que permite à UFAM gerir suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, formular seus estatutos e regimentos, e administrar seus recursos de forma independente, dentro dos limites das leis.

A criação e a manutenção de instituições de ensino superior, como o Instituto de Natureza e Cultura (INC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em Benjamin Constant, são alicerçadas por um complexo arcabouço jurídico e administrativo. A sua existência não é regida por uma única legislação, mas por um conjunto de normas que se hierarquizam desde as leis federais até as regulamentações internas da própria universidade.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é o pilar fundamental que rege todo o sistema educacional brasileiro. Conforme o art. 52, a lei assegura a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades, além de prever sua expansão e a criação de novas unidades acadêmicas:

“As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros de profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que por sua autonomia, se caracterizam por: I- ter autonomia didática-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
 II- obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
 III- poder criar, organizar, modificar e extinguir cursos e programas de educação superior;
 IV- poder criar, organizar, modificar e extinguir unidades acadêmicas e seus órgãos de apoio;
 V- poder conceder títulos, graus e diploma de nível superior.”
 (BRASIL,1996)

Essa autonomia garantida pela LDB é o que permite à UFAM, enquanto universidade federal, a capacidade de estabelecer novos campi e instituto fora de sua sede principal, como é o caso do INC em Benjamin Constant. A autonomia universitária, prevista na LDB, é um conceito amplamente debatido na literatura jurídica e educacional. Gomes (2007, p. 78), ao discorrer sobre o tema, ressalta que essa autonomia permite à instituição “criar, organizar, modificar e extinguir unidades acadêmicas e seus órgãos de apoio”, o que sustenta a legalidades de ações como a implantação de um novo instituto em uma cidade do interior.

A concretização da autonomia universitária se dá por meio de normas internas, como os estatutos e as resoluções dos conselhos superiores. No caso da UFAM, as resoluções do Conselho Universitário (CONSUNI) foram o instrumento jurídico que operacionalizou expansão. A Resolução N° 024/2005-CONSUNI, “CRIAR O CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO PÓLO ALTO SOLIMÕES, com sede em Benjamin Constant - Am, atendendo aos municípios de: Amaturá, Ataláia do Norte, Fonte Boa, Jutaí, Tabatinga, Tonantins, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2005, p. 1). Foi criado formalmente o Polo Alto Solimões e a Resolução N° 027/2006-CONSUNI renomeou a unidade para Instituto de Natureza e Cultura.

O Papel dos Atos Normativos Internos Para Cury (2008), a legalidade da atuação das universidades não se restringe apenas às leis federais, mas se manifesta também nos seus atos normativos internos, que detalham e aplicam as diretrizes gerais.

2.2 Políticas de Assistência Estudantil no Ensino Superior

As políticas de assistência estudantil (PAE) são um conjunto de ações e programas institucionais que visam garantir as condições de permanência e sucesso

acadêmico de estudantes no ensino superior, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Conforme a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o objetivo central é “democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal” e “minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais” (BRASIL,2024).

Essas políticas não se limitam apenas ao apoio financeiro. Elas abrangem uma gama de serviços essenciais, como auxílios para moradia, alimentação, saúde, cultura, esporte, e apoio pedagógico. O conceito de um modelo assistencialista para um direito social, reconhecendo que a democratização do acesso à universidade deve ser acompanhada por medidas que assegurem a permanência (SILVEIRA,2013).

O histórico da assistência estudantil no Brasil reflete a trajetória de expansão e democratização do ensino superior. As primeiras iniciativas, datadas até os anos 1960, eram pontuais e fragmentadas, com foco em “casas de estudantes” e restaurantes universitários (SILVEIRA,2013; ARANHA et al., 2011).

Um marco significativo ocorreu nos anos 2000, com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Inicialmente instituído pela Portaria Normativa nº39/2007 no Art. 2º, que;

“O PNAES se efetiva por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e destina-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior.

Parágrafo único. Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas

nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - assistência à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche; e

IX - apoio pedagógico (BRASIL,2007)

E posteriormente, pelo Decreto nº7.234/2010, em seu “Art. 2º;

São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão;

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL,2010)

O PNAES estabeleceu um conjunto de diretrizes e áreas de atuação para as instituições federais, garantindo um orçamento específico e sistematizando as ações de assistência.

A mais recente mudança legislativa, a Lei nº14.914/2024, em seu Art.

1º “Fica instituída a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos.” (BRASIL,2024)

O PNAES transformou em uma política de Estado, com o objetivo de fortalecer a sua continuidade e aprimorar sua execução. A lei reafirma a responsabilidade do Estado em assegurar a permanência e a conclusão dos cursos, especialmente para estudantes de baixa renda registrado no Cadastro Único (CadÚnico) (BRASIL, 2024).

A aplicação das políticas de assistência estudantil em instituições de ensino superior (IES) como o Instituto de Natureza e Cultura (INC-Ufam) em Benjamin Constant requer uma análise da realidade regional. As especificidades do interior do Amazonas, como a dispersão geográfica, as dificuldades de acesso e as particularidades culturais, impõem desafios adicionais à implementação do PNAES.

“O PNAES representa um marco na política de assistência estudantil no Brasil, ao instituir um conjunto de ações que visam mitigar as desigualdades sociais e garantir a permanência se estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica”. (ALMEIDA,2015, p. 120)

Assim, o PNAES estrutura as ações em áreas como moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, reconhecendo que as barreiras à permanência são multifacetadas e não se restringem apenas à falta de recursos financeiros.

2.3 Auxílios Ofertados pelo Instituto de Natureza e Cultura-UFAM

O instituto de Natureza e Cultura-UFAM, em parceria por meio do Gerência de Assistência Estudantil (GAEST), oferece uma série de auxílios e políticas públicas, geralmente concedidos via editais de seleção anuais.

Tais como;

I-Auxílio acadêmico:

“O Auxílio Acadêmico consiste na concessão de recurso financeiro, no valor de R\$700,00 (setecentos reais), com o objetivo de contribuir nas despesas relacionadas à aquisição de material didático-pedagógico de baixo custo, bem como ao custeio de transporte público municipal urbano ou modalidade similar. tem como objetivo contribuir nas despesas como materiais didáticos-pedagógicos de baixo custo” (UFAM, Proae n. 008/2025).

De acordo com o edital Proae n. 008/2025), quantidade de vaga ofertadas para o campus do Instituto Natureza e Cultura foram de 46 vaga, sendo 44 para ampla concorrência e 2 para Pessoa com Deficiência-(PCD).

II- Auxílio calouro:

“O Auxílio Calouro é um benefício financeiro destinado a apoiar a/o estudante nas despesas iniciais de instalação e adaptação à vida universitária, abrangendo as necessidades acadêmicas, de transporte e/ou de moradia” (UFAM, Proae n. 009/2025).

Conforme o edital Proae n. 009/2025), quantidade de vaga ofertadas para o campus do Instituto Natureza e Cultura foram de 50 vagas, sendo 47 para ampla concorrência e 3 para Pessoa com Deficiência-(PCD).

III- Auxílio curumim-cunhantã:

“O Auxílio Curumim-Cunhantã é um auxílio financeiro destinado às despesas referentes a manutenção de creche, similar ou cuidador para os/as filhos/as menores de 06 (seis) anos de idade de estudantes que não tenham com quem deixá-los, por não possuírem rede de apoio e/ou cuidado, durante o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas” (UFAM, Proae n. 010/2025).

De acordo com o edital Proae n. 010/2025), quantidade de vaga ofertadas para o campus do Instituto Natureza e Cultura foram de 18 vaga, sendo 17 para ampla concorrência e 1 para Pessoa com Deficiência-(PCD).

IV- Auxílio emergencial:

“Esta modalidade é um auxílio financeiro de **caráter temporário**, destinado a custear, de forma parcial, despesas relacionadas à saúde, moradia, alimentação, transporte, ou outras situações decorrentes de vulnerabilidades sociais agravadas, especialmente aquelas associadas às especificidades do território do Amazonas, que comprometam a permanência e a conclusão com êxito do curso de graduação” (UFAM, Proae n. 011/2025).

De acordo com o edital Proae n. 011/2025), quantidade de vaga ofertadas para o campus do Instituto Natureza e Cultura foram de 100 vagas, sendo 95 para ampla concorrência e 5 para Pessoa com Deficiência-(PCD).

V- Auxílio inclusão digital:

“O Auxílio Inclusão Digital consiste em auxílio financeiro, de caráter pessoal e intransferível, destinado à aquisição de notebook, tablet, leitor digital de livros e softwares ou sistemas operacionais que contribuam para a inclusão digital e para a realização das atividades acadêmicas” (UFAM, Proae n. 012/2025).

De acordo com o edital Proae n. 012/2025), quantidade de vaga ofertadas para o campus do Instituto Natureza e Cultura foram de 65 vagas, sendo 62 para ampla concorrência e 3 para Pessoa com Deficiência-(PCD).

VI- Auxílio moradia:

“O Auxílio Moradia é um auxílio financeiro destinado a custear parcialmente os gastos com moradia da/o estudante que atenda aos seguintes requisitos: esteja em situação de vulnerabilidade socioeconômica; tenha se mudado para a cidade do *campus* exclusivamente para cursar graduação; resida em imóvel alugado, cedido ou de favor; seja selecionada/o por processo seletivo público específico para esta finalidade. É vedada a acumulação do Auxílio Moradia com o Auxílio de Ocupação de Vaga na Residência Universitária ou com qualquer outro auxílio institucional que tenha finalidade equivalente” (UFAM, Proae n. 013/2025).

De acordo com o edital Proae n. 013/2025), quantidade de vaga ofertadas para o campus do Instituto Natureza e Cultura foram de 5 vaga, sendo 5 para ampla concorrência e 0 para Pessoa com Deficiência-(PCD).

VII- Auxílio Residência Universitária:

“O Auxílio de Ocupação de Vaga na Residência Universitária disponibiliza moradia estudantil por meio da oferta de vagas em alojamento coletivo. Somente podem concorrer às vagas as/os estudantes que se enquadrem numa destas situações: a) Inquilinato; b) Moradia cedida; ou c) Moradia “de favor” (com terceiros). É vedada a acumulação desta modalidade com o Auxílio Moradia ou qualquer outro auxílio institucional que tenha a mesma finalidade” (UFAM, Proae n. 014/2025).

De acordo com o edital Proae n. 014/2025), quantidade de vaga ofertadas para o campus do Instituto Natureza e Cultura foram de 108 vaga, sendo 100 para ampla concorrência e 8 para Pessoa com Deficiência-(PCD).

Além desses auxílios o INC-UFAM também oferece o apoio psicossocial e outras iniciativas que visam o bem-estar dos estudantes, reconhecendo que as barreiras para a permanência na universidade não são apenas financeiras. A atuação de pesquisadores como Carlos Walter, Porto-Gonçalves, que aborda a relação entre natureza, cultura e sociedade na Amazônia, pode fundamentar a compreensão de que as políticas educacionais devem ser adaptadas para o contexto local.

O INC, ao atender estudantes interioranos de comunidades indígenas, ribeirinhas e de baixa renda, precisa adequar suas estratégias de assistência para além do modelo padrão, considerando a diversidade de seus estudantes e suas necessidades específicas.

Os discentes indígenas são aqueles que se identificam como pertencentes a um povo ou comunidade indígena, independentemente de onde residam, em terras indígenas ou em contextos urbanos, e que mantêm vínculos culturais, sociais, linguísticos e/ou tradicionais com sua comunidade de origem.

Segundo AMARAL (2010) "A construção da condição desse duplo pertencimento é devida tanto à trajetória acadêmica percorrida por mérito próprio dos acadêmicos indígenas quanto ao apoio familiar e a expectativa de sua comunidade de origem."

No contexto dos discentes ribeirinhos:

"O ribeirinho é um ser em aprendizagem. Um povo que aprende a fazer, fazendo. Não há um aprofundamento sistemático específico para o fazer na floresta. Ele age pela intuição, guiado pela sabedoria construída ali mesmo na prática. São homens e mulheres dotados de inteligência. Capazes, portanto, de aprender qualquer coisa, desde que lhes sejam dadas as oportunidades para tal." (GOMES, p. 58-87, 2014.)

"A Amazônia é um espaço de múltiplos significados, onde a natureza e cultura se entrelaçam de forma indissociável. Ignorar essa complexidade ao formular políticas públicas é um erro." (Porto, Gonçalves, 2005, p. 45). Nesse sentido, as políticas de assistência estudantil no INC-Ufam devem ser compreendidas como um esforço contínuo para construir um ambiente universitário mais inclusivo e equitativo, que não apenas acolha a adversidade, mas também a valorize.

A localização do INC no interior do Amazonas, traz desafios específicos, a maior parte dos estudantes vem de comunidades indígenas, e de municípios vizinhos. Essa diversidade exige que as políticas de assistência considerem fatores como

distância geográfica, moradia, transporte, alimentação e o deslocamento para o campus.

Vulnerabilidade social e econômica dos discentes, muitos não possuem recursos financeiros suficientes para cobrir despesas básicas, como alimentação e moradia, especialmente quando precisam se mudar para a cidade do campus.

Os discentes interioranos sofrem um impacto significativo, a questão habitacional emerge como um dos principais desafios, visto que a necessidade de acesso à moradia se torna uma condição fundamental para o início e a permanência na jornada acadêmica. Tal demanda evidencia o impacto significativo das barreiras geográficas e financeiras sobre a vida universitária desses alunos.

O acesso à moradia estudantil adequada atua como um fator de equidade, permitindo que estudantes do interior superem as barreiras financeiras e geográficas. Isso se reflete diretamente em seus desempenhos e na sua permanência no ensino superior (LACERDA e VALENTINI, p. 413-423, 2018).

Tal citação destaca o papel de moradia como um pilar essencial para a equidade no ensino superior, para quem é do interior, a universidade não é apenas sobre o desafio acadêmico, mas também sobre o financeiro e geográfico, a moradia ajuda a nivelar esse campo dando ao discente a chance de competir em pé de igualdade com quem não tem essas barreiras.

Acesso à tecnologia, a falta de acesso à internet de qualidade e a equipamentos digitais é uma barreira significativa para o acompanhamento das atividades acadêmicas, que cada vez mais dependem de plataformas online. Para o discente interiorano é essencial ter o acesso tanto a internet quanto a um computador para realizar pesquisas e trabalhos acadêmicos.

Manuel Castells (2016) “Na área da informação, o analfabeto não será aquele que não sabe ler e escrever, mas aquele que não sabe aprender e aprender”. Esta citação aplica-se perfeitamente ao contexto acadêmico, “aprender a aprender” hoje depende fundamentalmente da habilidade de navegar, filtrar, avaliar e utilizar a informação. O computador e a internet são ferramentas primordiais para desenvolver essa competência, sem acesso a elas o acadêmico fica restrito.

Portanto tais auxílios citados são ofertados para suprir as necessidades específicas dos discentes oriundo, para que não haja a evasão ao decorrer do curso.

2.4 Permanência e Evasão no Ensino Superior

A dinâmica do ensino superior brasileiro é complexa, e a análise da permanência e da evasão ganha contornos específicos quando aplicada a instituições localizada em contextos singulares, como o Instituto de Natureza e Cultura (INC), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Benjamim Constant. Longe de serem meros indicadores estatístico, esses fenômenos são reflexos das interações entre a instituição e seus estudantes, marcadas por desafios e particularidades da região amazônica.

A permanência no ensino superior é o conjunto de fatores e estratégias que garantem a continuidade da trajetória acadêmica do estudante, desde o seu ingresso até sua diplomação. Autores como Tinto (1975) definem a permanência como um processo de integração acadêmica e social, onde a satisfação e o senso de pertencimento do aluno à instituição são cruciais para sua continuidade.

No entanto, ao analisar a realidade do Instituto a permanência ganha um contorno particular, marcados por desafios específicos da região amazônica. A permanência, não se restringe apenas à adaptação acadêmica, mas está intrinsecamente ligada às condições sociais, econômicas e logísticas do estudante, muitos dos quais vem de comunidades indígenas, ribeirinhas e de cidades vizinhas.

A luta pela permanência no INC é um reflexo das dificuldades enfrentadas por estudantes que, além dos desafios pedagógicos, precisam superar a falta de infraestrutura, as distâncias geográficas e a ausência de apoio financeiro e familiar. Conforme o docente do INC-UFAM, Solano Guerreiro (2023), a evasão no instituto se agravou com a pandemia de COVID-19, tornando-se mais evidentes com o retorno presencial. Ele ressalta a “falta de uma rede de apoio como pai, mãe, casa, transporte e internet” para muitos alunos, o que coloca em evidência que a permanência é uma questão de acesso a equidade.

Conforme documentos da UFAM, essa iniciativa visa “minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especiais os indígenas e quilombolas” (UFAM, 2024).

A citação reforça a ideia de que, para além da adaptação individual, a permanência no instituto é um conceito que integra o modelo teórico de integração, tanto com a realidade socioeconômica e cultural da Amazônia. Ela representa a

resiliência do estudante em uma jornada acadêmica muitas vezes solitária e desafiadora, e a capacidade da universidade em fornecer suporte necessário para que educação superior não seja um privilégio, mas uma realidade para todos.

No contexto da evasão no ensino superior é o abandono do curso ou da instituição pelo estudante antes de sua conclusão, longe de ser um ato isolado, é um fenômeno complexo multifacetado, resultado da interação entre fatores individuais, acadêmicos, sociais e institucionais.

Para Tinto (1975), a evasão ocorre quando o estudante não consegue se integrar de forma satisfatória nos âmbitos acadêmicos e social da universidade. Essa falta de integração leva a uma diminuição do seu comportamento com a instituição e, por fim a saída.

Portanto no Instituto de Natureza e Cultura INC-UFAM a evasão adquire contornos ainda mais complexos, os desafios se intensificam por se tratar de um campus fora da sede, localizado em Benjamim Constant, no interior do Amazonas, e por atender uma população majoritariamente de origens interioranos, indígenas e ribeirinhas, que vive em condições socioeconômicas e geográficas singulares.

A evasão no INC é um sintoma das desigualdades estruturais e regionais, muitos estudantes enfrentam barreiras que vão além das dificuldades pedagógicas, como a falta de transporte, a distância da família, a escassez de moradia estudantil e a ausência de apoio financeiro suficiente.

Essa visão demonstra que a evasão não é um problema de falta de vontade do estudante, mas sim uma consequência de ausência de condições básicas para que ele possa se dedicar plenamente aos estudos.

Além disso, a desconexão entre a formação oferecida e a realidade local também pode contribuir para a evasão, se o currículo e as práticas pedagógicas não se dialogam com o contexto sociocultural dos estudantes, especialmente os indígenas, a universidade corre o risco de se tornar um ambiente hostil ou irrelevante para a vida deles.

A evasão no INC-UFAM é um fenômeno que transcende o conceito tradicional de falta de integração acadêmica, ela se manifesta como um reflexo das barreiras sociais e econômicas, da distância entre a universidade e a realidades dos estudantes, e a necessidade urgente de políticas institucionais que realmente atentem às necessidades de uma comunidade acadêmica diversa e geograficamente isolada.

2.5 O Estudante Interiorano No Contexto Universitário

O estudante interiorano refere-se ao indivíduo que, para ter acesso as oportunidades educacionais superiores, migra de sua cidade natal, localizada em uma região rural ou no interior, para um centro urbano maior. Segundo, FERNANDES (2018) "A universidade se estabelece como um novo espaço social que exige do estudante interiorano a construção de novas identidades..."

Essa jornada é mais do que uma simples mudança geográfica, é um complexo processo de transição social, cultural e psicológica, o estudante interiorano enfrenta desafio de conciliar suas origens e valores com as novas dinâmicas, códigos sociais e expectativas acadêmicas de grande cidade.

"A vida na cidade grande e no ambiente universitário traz o peso da autonomia forçada e da multiplicação de responsabilidades. O estudante precisa gerir o próprio sustento, o aluguel e as tarefas domésticas, algo que contrasta drasticamente com a rotina anterior, onde 'a comidinha da mamãe não tem preço' e a principal preocupação era apenas estudar ou trabalhar." JAIR; JOSÉ (apud SILVA et al., 2021)

A entrada do estudante interiorano no ambiente universitário pode ser vista como a imersão em um novo campo social, com suas próprios regras, hierarquias e códigos culturais, a teoria de Pierre Bourdieu sobre habitus é fundamental para compreender os desafios que ele enfrenta.

O habitus é um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, ao integrar as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções e ações (BOURDIEU, 2007, p. 87). O habitus do estudante, moldado por seu ambiente de origem, pode não se alinhar com o habitus predominante no meio acadêmico, com isso pode gerar um choque cultural, onde suas práticas, linguagem e até mesmo seus valores de convívio social são postos à prova. A necessidade de se adaptar e, muitas vezes, de formular seu habitus, é um dos principais desafios para o sucesso e a integração social.

Já na geografia humana, experiência do estudante interiorano esta intrinsecamente ligada à sua relação com o território, o ato de se mover do seu lugar de origem para um novo espaço requer uma reestruturação de sua percepção e de seus laços com o ambiente.

Se um lugar se define como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definira um não-lugar (AUGÉ, 1994, p.75).

O município do campus pode ser percebido como um não-lugar para o estudante interiorano, passa a ser um ambiente de trânsito e impessoal, desprovido de suas redes de apoio e referências culturais, o desafio é transformar esse espaço em um lugar de pertencimento, através de novas relações e da apropriação dos espaços.

"A mobilidade geográfica do estudante interiorano, embora carregada de desafios financeiros e emocionais, é frequentemente impulsionada pela convicção de que a permanência no município de origem limitaria o alcance profissional. A busca pela excelência e por melhores oportunidades acadêmicas e de mercado de trabalho nas capitais e grandes centros se configura como um ato de transcendência de limites regionais." SOUZA (2025)

O autor destaca que a mudança não é apenas uma necessidade educacional, mas uma escolha estratégica de vida, moldada por uma percepção de limitação e um impulso por ascensão. Ele argumenta que a jornada do estudante interiorano é um ato de investimento de alto risco e alta recompensa, onde os desafios imediatos da mudança são aceitos em prol de uma promessa de mobilidade social e sucesso profissional futuros.

A experiência inicial do estudante interiorano, ao ingressar no Ensino Superior, é marcada por um elevado otimismo expectacional em relação à trajetória acadêmica. Contudo, essa projeção idealizada frequentemente colide com a realidade institucional e socioeconômica do novo ambiente. O confronto com a universidade, em seu caráter de campo social distinto, revela-se um processo de desajustamento e dissonância cognitiva, culminando em uma série de desfechos negativos.

"Muitos estudantes, ao se inserirem no ensino superior, são jovens, imaturos, possuem expectativas irrealistas acerca da realidade e acabam encontrando dificuldades no início da graduação. O confronto com o ritmo, as exigências acadêmicas e as responsabilidades autônomas, somado ao afastamento da rede de suporte familiar, gera elevados níveis de estresse e ansiedade, que, quando não gerenciados, impactam diretamente na saúde mental." ALMEIDA e SOARES (2004 apud LOPES et al., 2022)

A citação começa reconhecendo que muitos calouros são jovens e imaturos, o que é natural para a idade. O ponto principal aqui são as expectativas irrealistas sobre a vida universitária, muitos idealizam a graduação baseados em filmes, mídias sociais ou histórias incompletas, sem dimensionar a real carga de trabalho, a autonomia exigida e a complexidade do meio acadêmico. A frustração gerada pelo choque entre a expectativa e a realidade é um gatilho para o desajuste, ou até mesmo o abandono do curso.

Outro ponto crucial no contexto interiorano na jornada acadêmica dos discentes, é a distância geográfica da família. A falta da convivência diária com a família e amigos de longa data aumenta a sensação de solidão, especialmente quando confrontados com as pressões acadêmicas.

O fortalecimento das redes de suporte e o incentivo ao desenvolvimento de competências emocionais são apontados como fundamentais para construir uma experiência universitária equilibrada e produtiva, promovendo tanto a adaptação acadêmica quanto o bem-estar físico e emocional dos estudantes (PRUDENCIO; SOEIRO, 2025).

Em muitos casos, há um peso emocional pela distância, somado à pressão de dar certo para justificar o esforço e o sacrifício financeiro da família que ficou. A ausência dessa rede de apoio presencial é um dos principais fatores de estresse, desajuste e, em casos mais graves, pode levar à evasão ou ao desenvolvimento de problemas de saúde mental, sublinhando a importância dos programas de acolhimento e socialização nas universidades.

Portanto a ligação entre o discente interiorano no contexto da universidade se entrelaça aos fatores relacionados acima, tais fatores influenciam diretamente ao desempenho acadêmico.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

3.1 Enfoque Da Pesquisa

A metodologia desta pesquisa evidencia os procedimentos a serem adotados na coleta e sistematização dos dados. Estes caminhos me orientaram para alcançar os objetivos propostos.

Fez-se uso da pesquisa bibliográfica por ser uma modalidade de pesquisa que se concentra em fontes secundárias e primárias, como livros, artigos, teses, dissertações e outros documentos. Ela é a base de todo o trabalho científico, pois permite ao pesquisador situar-se no campo do saber, evitando repetir o que já foi feito e, principalmente, dando solidez e credibilidade aos seus próprios argumentos e conclusões.

Segundo Gil, a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p.44). A citação de Gil sintetiza o conceito fundamental da pesquisa bibliográfica: ela é um estudo indireto e secundário, que se baseia na produção intelectual de outros.

O objetivo da pesquisa bibliográfica não é apenas a simples transposição do que já existe, mas sim a produção de um conhecimento mais aprofundado:

A pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenados de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. O conhecimento da realidade não é apenas a simples transposição dessa realidade para o pensamento, pelo contrário, consiste na reflexão crítica que se dá a partir do conhecimento acumulado e que irá gerar uma síntese, o concreto pensado. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38)

O estudo pela pesquisa bibliográfica ajudou a fornecer o embasamento teórico para o estudo, permitindo identificar o que já foi escrito, pesquisado e consolidado sobre o tema, garantindo que o trabalho esteja alinhado com o conhecimento validado pela comunidade científica.

Nesta pesquisa foi utilizado os métodos mistos, que é uma abordagem que combina os enfoques quantitativos e qualitativos em um único estudo, visando uma compreensão mais completa do problema de pesquisa.

mistos de pesquisa são definidos como um processo de recolhimento, análise e 'mistura' de dados quantitativos e qualitativos durante determinados estágios da pesquisa em único estudo (WINCKLER, 2020, p. 417). A citação define os métodos mistos como um processo de recolhimento, análise e mistura de dados quantitativos e qualitativos em um único estudo.

No estudo de métodos mistos, as partes do estudo são combinadas para a formação de uma totalidade, em que o pesquisador, ou o grupo de pesquisa, tem de levar em consideração vários aspectos que vão desde o planejamento do estudo até a redação do artigo (THOMAS, NELSON e SILVERMAN, 2012)

3.2 Caracterização Da Pesquisa

O tipo de pesquisa que foi realizada é a pesquisa de campo. Esta pesquisa é um procedimento em que o pesquisador vai ao local, ou seja, ao campo para observar, coletar, analisar e interpretar informações sobre os fatos ou fenômenos no seu contexto de ocorrência, buscando obter dados em sua fonte primária, ou seja, na realidade empírica.

O estudo de campo se destina a "proporcionar o conhecimento de um problema e a formulação de hipóteses mais precisas" (GIL, 2002, p.43). A pesquisa de campo tem como objetivo ir além da teoria para confrontar os conceitos com a realidade

práticas, proporcionando uma compreensão contextualizada e aprofundada do objeto de estudo.

Foi desenvolvido e aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas para a coleta de informações pertinentes. Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 48), o questionário “[...] refere-se um meio de obter resposta às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Questionário fechado e aberto é um dos instrumentos de coletas de dados mais utilizados na pesquisa, e a sua classificação em aberto e fechado está relacionado diretamente com o formato das perguntas e o tipo de resposta que se espera obter.

O questionário pode dispor de três modalidades de questões, ou seja: Fechado nelas é apresentado um conjunto de alternativas de resposta, a fim de que o respondente escolha a que melhor revele acerca de seu ponto de vista. [...] Abertas nesta modalidade é apresentada a pergunta ao respondendo, de modo a deixá-la à vontade para expressar suas ideias, sem que haja uma restrição para tal. (GIL, 1999, p. 129).

O questionário fechado é caracterizado por perguntas que limitam as opções de resposta a uma lista pré-determinada, o respondente não tem liberdade para escrever suas próprias palavras, devendo apenas escolher entre as alternativas oferecidas.

O questionário aberto é caracterizado por perguntas que dão total liberdade para o respondente formular sua resposta com as próprias palavras. “A conclusão reforça a noção de que perguntas abertas são úteis como subsidio para a construção de instrumentos com itens fechados, que, por sua vez, são mais práticos em sua aplicação”. (GÜNTHER; LOPES JÚNIOR, 1990, p. 25).

É um questionário que pode utilizar perguntas dissertativas, nas quais o respondente deve expressar sua opinião, descrever um processo ou justificar um ponto de vista em um campo de texto livre.

3.2.1 Técnicas E Instrumentos De Coletas De Dados

Como técnicas e instrumentos de coleta de dados utilizou-se, a observação não-participante, questionário fechado e aberto.

A observação não-participante é uma técnica de pesquisa na qual o observador se mantém à margem da situação ou do grupo estudado, atuando como um espectador. Segundo Cervo & Bervian (2002, p. 27), “observar é aplicar

atentamente os sentidos físico a um amplo objeto, para dele adquirir um conhecimento claro e preciso”. O autor destaca que observar não é meramente olhar ou ver, mas sim aplicar atentamente os sentidos, a observação é um ato ativo, dirigido e intencional.

A observação também é uma forma de coleta de dados para adquirir informações sobre tais aspectos da realidade. A observação ajuda o pesquisador a [...] identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não tem consciência, mas que orientam seu comportamento (MARCONI e LAKATOS, 1996, P. 79).

Na observação não-participante, o observador entra em contato com o grupo, a comunidade ou a realidade estudada, porém, não se envolve, nem se integra a ela; permanece de fora. O observador presencia o fato, mas não participa dele (MARCONI e LAKATOS, 1996).

3.3 Lócus E Colaboradores Da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada no Instituto Natureza e Cultura Universidade Federal do Amazonas-INC-UFAM, localizado na Rua Primeiro de Maio - Colônia, no município de Benjamin Constant - AM. Segundo UFAM - Institucional (2018), o Campus Universitário do Polo Alto Solimões foi criado através da Resolução nº 024/205/CONSUNI, de 25 de novembro de 2005, o, sediado no município de Benjamin Constant. E também no mesmo dia, pela Resolução nº 027/2005/CONSUNI, foi criada a Unidade Acadêmica Permanente de Benjamin Constant, que posteriormente foi denominada, conforme Resolução nº 027/2006/CONSUNI, de 26 de outubro de 2006, de Instituto de Natureza e Cultura. A escolha desse campo de pesquisa se deu pelo objeto de pesquisa do pesquisador.

De acordo com Estatuto e Regimento Geral. **Art. 1º.** –A Universidade do Amazonas, com sede na cidade de Manaus, é uma Instituição Federal de Ensino Superior, criada nos termos da Lei nº. 4.069-A, de 12 de junho de 1962, do Decreto nº. 53.699, de 13 de março de 1964, mantida pela União, como entidade da administração indireta na forma da legislação em vigor.

Art. 2º. – A Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerá ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O INC atende alunos semestralmente, provenientes de municípios do Alto Solimões, de outros municípios do Amazonas, de outras regiões do Brasil e até mesmo de outros países da tríplice fronteira. Os cursos que integram a unidade foram criados pelas Resoluções do Consuni: nº 041/2005 - Curso de Licenciatura dupla em Literatura e língua portuguesa e Literatura e Língua Espanhola; nº 042/2005- Curso de Bacharelado em Antropologia; n.043/2005- Curso de Licenciatura em Pedagogia; nº 044/2005- Curso de Administração e Gestão organizacional; nº 045/2005- Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Agrárias e Ambientais; nº 046/2005- Curso de Licenciatura dupla em Ciências Biologia e Química.

O INC possui 3 (três) blocos com atividades administrativas, salas de aula e laboratórios. Além destes espaços possuem ainda um prédio antigo (onde iniciou o INC/UFAM).

Figura 1: Instituto de Natureza e Cultura INC/UFAM



Fonte: Pesquisa de campo

3.3.1 Sujeitos da pesquisa

Quanto aos colaboradores desta pesquisa, estes se constituíram por discentes interioranos e a Gerência de Assistência Estudantil do Instituto Natureza e Cultura.

Tabela 1: Participantes da pesquisa.

GAEST	01
Discentes	51

Fonte: Acervo do autor.

A observação nessa pesquisa ocorreu com discentes interioranos graduandos em períodos variados, do sexo feminino e masculino.

Tabela 2: Período e quantitativos do discentes

2º período	10 participantes
4º período	03 participantes
6º período	10 participantes
8º período	16 participantes
10º período	02 participantes
Despriorizados	10 participantes

Fonte: Acervo do autor.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADO

4.1. Investigar As Principais Políticas De Assistência Estudantil Oferecidas Pelo INC-UFAM Aos Alunos De Outros Municípios.

Tabela 3: Os principais auxílios do INC.

Tema	Visão do GAEST (Gerência de Assistência Estudantil)	Percepção dos Alunos (1º Questão)
Principais Auxílios (PNAES)	Auxílio Acadêmico, Moradia, Cunhatã Curumim, Residência Universitária e RU.	83,3% dos alunos afirmam conhecer os auxílios oferecidos.
Outros Auxílios	Calouro, Inclusão Digital, Emergencial, Óculos.	A maioria dos alunos conhece a oferta, indicando que a comunicação institucional é relativamente eficaz na divulgação dos programas.

Fonte: Acervo do autor.

Conforme a tabela acima o INC-UFAM, através do GAEST, demonstra ter uma oferta diversificada de auxílios baseados no PNAES (Política Nacional de Assistência Estudantil), incluindo programas permanentes e temporários. A alta taxa de conhecimento dos auxílios pelos alunos (83,3% que responderam “Sim” ou “Parcialmente”) sugere que a divulgação dos programas é ampla e eficaz dentro do

Instituto, conforme o objetivo da assistência em tornar os direitos estudantis conhecidos.

4.2. Avaliar a percepção dos discentes interioranos sobre a importância e a suficiência dessas políticas para sua permanência na universidade.

Tabela 4: Benefícios mais relevantes.

Tema	Visão do GAEST	Percepção dos discentes (3º, 5º, 7º e 8ª Questões)
Benefícios, mas relevante	Auxílios são necessários e contribuem muito especialmente devido à baixa renda per capita das famílias que sobrevive da agricultura.	Auxílios Acadêmico (58,8%) e Inclusão Digital (43,1%) são os mais recebidos historicamente
Significância	Os auxílios cobrem a necessidades de alimentação, moradia e materiais pedagógicos	58,8% consideram que os auxílios foram muito significantes, (29,4%) ajudou pouco, (11,8%) insignificante na composição do orçamento.
Permanência	A PAE é fundamental para a permanência e equidade dos alunos	37,3% afirmam que os auxílios contribuíram de forma decisiva, (33,3 %) afirma que contribuiu, mas com limitações, (25,5%) afirmam que não receberam auxílios, (3,9%) afirmam que os auxílios não influenciaram na sua permanência na universidade.

Desempenho Acadêmico	Os auxílios evitam o cansaço extremo de conciliar estudo diurnos com trabalhos noturnos (como assar churrasco)	47,1% acreditam que os auxílios impactaram positivamente, (27,5%) parcialmente, (23,5%) não receberam auxílios e (2%) afirmar que não impactou positivamente no desempenho acadêmico.
----------------------	--	---

Fonte: Acervo do autor.

De acordo com a tabela existem uma forte convergência entre a visão do GAEST e a experiência dos discentes quanto ao impacto positivo dos auxílios, ambos reconhecem a necessidade vital do suporte financeiro para suprir despesas básicas (alimentação, moradia, material didático etc), permitindo que os discentes se dediquem aos estudos. A percepção de que a assistência contribuiu de forma decisiva (37,3%) para a permanência valida a afirmação do GAEST de que a política busca garantir a equidade e a permanência.

4.3 Investigar os principais desafios enfrentados por esses discentes, para além da questão financeira, e como a assistência estudantil pode mitigar tais problemas.

Tabela 5: Suficiência dos auxílios.

Tema:	Visão do GAEST	Percepção dos Discentes (6ª e 10ª Questão)
Suficiências dos auxílios	Necessidades de avançar, pois falta muita coisa.	43,1% indicam que os auxílios recebidos foram suficientes parcialmente, (25,5%) não receberam auxílios, (19,6%) afirma que foi suficiente totalmente, (11,8%) afirma que não foi suficiente.

Principais Dificuldades	Dificuldade com o processo de inscrição (CCS e cadastro Gov), e questão cultural/pedagógica.	56,9% afirmam que a maior dificuldade é conseguir o auxílio moradia, e em seguida vem o transporte (25,5%), próximo com (13,7%) seria alimentação e outros com (3,9%).
Utilização dos Recursos	Auxílios ajudam a comprar materiais pedagógicos, alimentação e pagar aluguel.	Principias usos: transporte (66,7%), materiais didáticos (60,8%), refeição do RU (58,8%), aluguel (56,9%) e higiene pessoal (52,9%)

Fonte: Acervo do autor.

Há uma discrepância entre a dificuldade percebida pelo GAEST que é (burocracia e questão pedagógicas/culturais) e a maior dificuldade relatada pelos discentes que é (dificuldades estruturais de moradia, transporte, alimentação e outros). O fato de 56,9% dos discentes indicarem a Moradia como principal desafio, e a maioria considera os auxílios suficiente parcialmente com 43,1% ou não suficiente, aponta para insuficiência do valor dos auxílios existentes frente ao custo de vida para os discentes deslocados.

O Auxílio Transporte ser o principal uso dos recursos com 66,7% reforça a necessidade de implementação de políticas específicas, como o Auxílio transporte que está sendo estudado para retorno.

4.4. Assistência Estudantil: Equipe E Acompanhamento Que Auxiliam Os Discentes

Tabela 6: Equipe da assistência estudantil.

Tema	Visão do GAEST	Percepção dos discentes

Equipe e acompanhamento	Equipe reduzida (psicóloga e assistente social) o que limita o acompanhamento abrangente. Tentativas de acompanhamento com fluxograma e reunião de equipe em casos críticos.	63,5% avaliam o atendimento e suporte da equipe como Bom, 25% como regular, 7,7% como excelente e 3,8 como ruim.
Especificidades Indígenas	Esforços para atender a questão da língua e do entendimento. Busca por Monitorias Indígenas. Indígenas contam com a bolsa MEC (\$1.400).	41,2% consideram que a assistência Sim atende às especificidades culturais e sociais de indígenas e ribeirinhos, mas 45,1% consideram parcialmente, 5,9% não souberam responder e 7,8% acreditam que não atende especificidades culturas e sociais.

Fonte: Acervo do autor.

Apesar da percepção do GAEST sobre a limitação da equipe, a avaliação dos discentes sobre o atendimento é majoritariamente positiva (Bom/Excelente 71,2%). Isso sugere que, apesar das dificuldades de recursos humanos, a qualidade do atendimento prestado pelos profissionais é reconhecida.

Quanto às especificidades culturais de indígenas e ribeirinhos, o GAEST demonstra estar atendendo à barreira linguísticas e cultural, buscando monitoria indígena como solução. A resposta dos discentes está dividida, 41,2% percebem que há atendimento, mas 45,1% acham que é apenas parcial. Esse resultado indica que,

embora haja esforços claros da assistência, como bolsa MEC para indígenas e a atenção à residência universitária, o atendimento a essas especificidades precisa ser mais aprofundado e abrangente.

4.5. Ações Da GAEST Para A Melhoria Das Políticas Estudantis

Tabela 7: Aprimoramento necessário.

Tema	Visão do GAEST	Percepção dos discentes (14ª Questão)
Aprimoramento necessário	Implementação de mais ações de integração (esporte, cultura) e atenção à saúde mental. Melhorias estruturais (local de descanso e espaço para mães com crianças). Retorno da ajuda de transporte	49% dos discentes gostariam de sugerir melhorias nas políticas de assistência.

Fonte: Acervo do autor.

O alinhamento é notável, enquanto o GAEST lista ações que estão sendo buscadas (integração, esporte, descanso), a quase metade dos discentes (49%) demonstra ter sugestões de melhorias. Este é um indicador de que a participação ativa dos discentes, conforme defendido pelo GAEST, “não tem problema o discente cobrar”, é fundamental para que as ações futuras (como o retorno do auxílio transporte) estejam alinhados com as prioridades dos estudantes.

Por tanto a análise das cinco tabelas apontam para uma assistência estudantil no INC-UFAM que opera em conformidade com seus objetivos de permanência e equidade, conforme explicado na transição do decreto para a política de assistência estudantil. A alta taxa de conhecimento dos auxílios e o reconhecimento de sua importância decisiva para a permanência confirmam a efetividade dos programas, como o Auxílio Acadêmico e o Auxílio Inclusão Digital.

A pesquisa revela um desafio crítico nas insuficiências de cobertura dos auxílios, com mais da metade dos discentes percebendo-os como apenas parciais ou insuficiente, e destacando as dificuldades estruturais de moradia e transporte. O

alinhamento dos dados sobre a alta utilização do recurso para transporte com busca institucional para a retomada do auxílio transporte sugere que este deve ser um foco prioritário para o aprimoramento da PAE no instituto.

Apenas da limitação de recursos humanos, a qualidade do atendimento psicossocial é bem avaliada. Contudo, o alto índice de percepção de que o atendimento às especificidades culturais indígenas/ribeirinhas é parcial reforça a necessidade de avançar nas propostas de aprimoramento, como a implementação da Monitoria Indígenas e o desenvolvimento de ações de integração cultural e apoio à saúde mental, já reconhecidas como necessárias pela própria equipe de assistência.

A Assistência Estudantil do INC-UFAM demonstra ser um pilar essencial para a permanência estudantil interiorano, mas necessita de uma ampliação da dotação orçamentaria para que os auxílios oferecidos possam, de fato, cobrir as necessidades básicas dos discentes em áreas de alto custo, como moradia e transporte, convertendo a contribuição “parcial” em “totalmente suficiente”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa permitem afirmar que o objetivo geral foi alcançado, uma vez que se analisou o impacto das políticas de assistência estudantil do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas na permanência e no desempenho acadêmico de discentes interioranos de municípios do interior.

No que se refere ao primeiro objetivo específico, foi possível identificar e analisar as principais políticas de assistência estudantil ofertadas pelo INC-UFAM, com destaque para os auxílios Moradia, Residência Universitária, Acadêmico e Inclusão Digital. A análise do funcionamento e dos critérios de acesso a esses auxílios evidenciou que tais políticas constituem o principal suporte institucional para a permanência dos estudantes interioranos, especialmente diante das dificuldades socioeconômicas e territoriais que caracterizam o contexto do Alto Solimões.

Em relação ao segundo objetivo específico, os dados coletados junto aos discentes interioranos indicaram que a assistência estudantil é percebida como fundamental para a continuidade dos estudos. Entretanto, os resultados demonstram que, embora os auxílios sejam considerados importantes, muitos estudantes avaliam sua cobertura como insuficiente para atender plenamente às demandas da vida acadêmica e às condições de permanência no contexto universitário, o que pode impactar tanto a permanência quanto o desempenho acadêmico.

Quanto ao terceiro objetivo específico, a pesquisa evidenciou que os desafios enfrentados pelos discentes interioranos vão além da dimensão financeira. Destacam-se dificuldades relacionadas à adaptação acadêmica, ao distanciamento familiar, às diferenças socioculturais e ao acesso limitado a serviços de apoio psicológico e pedagógico. Nesse sentido, constatou-se que a assistência estudantil pode mitigar parte desses problemas, mas sua efetividade é ampliada quando articulada a ações institucionais de acolhimento, acompanhamento acadêmico e suporte psicossocial.

Entre as principais limitações do estudo, ressalta-se a restrição de dados empíricos mais sistematizados sobre evasão, permanência e desempenho acadêmico no âmbito do INC, bem como a limitação do recorte amostral, o que impede generalizações mais amplas. Ainda assim, os resultados oferecem subsídios relevantes para a compreensão da realidade estudantil interiorana.

Diante disso, recomenda-se o fortalecimento das políticas de assistência estudantil no INC-UFAM, com a ampliação de ações integradas que contemplem não apenas o apoio financeiro, mas também estratégias pedagógicas, psicológicas e institucionais voltadas à adaptação e permanência dos estudantes interioranos. Sugere-se, ainda, a realização de pesquisas futuras que aprofundem a análise da relação entre assistência estudantil, permanência e desempenho acadêmico em contextos universitários do interior amazônico.

Conclui-se, portanto, que a permanência de estudantes interioranos no ensino superior depende da articulação entre políticas de assistência estudantil e ações institucionais capazes de reconhecer e enfrentar as desigualdades territoriais, sociais e acadêmicas que marcam a trajetória desses discentes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. L. P. de. *Política de assistência estudantil no Brasil: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2015. Disponível em: <https://www.cortezeditora.com.br/politica-de-assistencia-estudantil-no-brasil>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papiрус, 1994. Disponível em: <https://www.editorapapirus.com.br/produto/nao-lugares/>. Acesso em: 10 set. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/livros/a-distincao/>. Acesso em: 17 set. 2025.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 set. 2025.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. Disponível em: <https://www.editorapazeterra.com.br/a-sociedade-em-rede>. Acesso em: 7 set. 2025.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. Disponível em: <https://www.pearson.com/br/higher-education.html>. Acesso em: 3 out. 2025.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5–16, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/>. Acesso em: 12 set. 2025.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A autonomia universitária e os limites da atuação do Ministério da Educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 25–46, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/>. Acesso em: 10 set. 2025.
- FERNANDES, A. B. *Acolhimento e adaptação do estudante do interior na universidade*. 2. ed. São Paulo: Editora Acadêmica, 2018. Disponível em: <https://www.worldcat.org/>. Acesso em: 25 set. 2025.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://www.grupogen.com.br/como-elaborar-projetos-de-pesquisa>. Acesso em: 12 ago. 2025.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://www.grupogen.com.br/metodos-e-tecnicas-de-pesquisa-social>. Acesso em: 10 ago. 2025.

GOMES, I. B. S.; HAGE, S. A. M. Os ribeirinhos e sua relação com os saberes. *Educação em Questão*, Natal, v. 47, n. 24, p. 58–87, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/5722>. Acesso em: 20 set. 2025.

GÜNTHER, Hartmut; LOPES JÚNIOR, Jair. Perguntas abertas versus perguntas fechadas: uma comparação empírica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 25–34, jan./abr. 1990. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

LIMA, Fábio Souza. As raízes da Faculdade de Educação da UFAM: uma análise do contexto em que a instituição se desenvolveu (1960–1980). *Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Manaus, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida>. Acesso em: 10 set. 2025.

LIMA, Miriam Aparecida Campos; MIOTO, Regina Célia Temporini. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37–45, jul. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/>. Acesso em: 10 set. 2025.

LOPES, R. S. et al. As dificuldades de adaptação apresentadas por estudantes migrantes de um curso de Administração no interior de Minas Gerais. In: ENCONTRO DA ANPAD – ENANPAD, 46., 2022. *Anais: ANPAD*, 2022. Disponível em: <https://www.anpad.org.br/>. Acesso em: 10 set. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. Disponível em: <https://www.grupogen.com.br/tecnicas-de-pesquisa>. Acesso em: 10 ago. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A Amazônia, a globalização e o território*. Campinas, SP: Unicamp, 2005. Disponível em: <https://www.editoraunicamp.com.br/>. Acesso em: 10 out. 2025.

PRUDENCIO, Ana Carolina Marques; SOEIRO, Ana Cláudia Vieira. Saúde mental no ensino superior: o papel do acolhimento socioemocional na adaptação à vida acadêmica. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 25, e19739, 2025. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/19739>. Acesso em: 1 nov. 2025.

SILVA, D. A.; LOPES, M. F.; LEAL, J. S. Jovens universitários de cidades interioranas: modos de vida e projetos de futuro. *Revista Linguagens, Educação e*

Sociedade, Teresina, v. 23, n. 40, p. 331–344, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc>. Acesso em: 15 out. 2025.

SOUZA, Ana C. Do interior gaúcho à liderança em tecnologia: uma jornada de transformação pela educação. *Inspere: conteúdos sobre políticas públicas*, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/conhecimento/>. Acesso em: 21 set. 2025.

TINTO, V. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. *Review of Educational Research*, v. 45, n. 1, p. 89–125, 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1170024>. Acesso em: 10 set. 2025.

APÊNDICES

Apêndice A-Formulário para discentes interiorano

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Instituto de Natureza e Cultura
Curso Bacharelado em Administração

FORMULÁRIO PARA OS DISCENTES

Este formulário tem como objetivo entender como os auxílios oferecidos pelo Instituto de Natureza e Cultura da UFAM influenciam a permanência e o desempenho dos discentes interioranos.

Discentes interiorano	
1. Você conhece os auxílios oferecidos pela assistência estudantil do INC-UFAM? () Sim () Não () Parcialmente	8. Você acredita que os auxílios impactaram positivamente seu desempenho acadêmico? () Sim () Parcialmente () Não () Não recebi auxílio
2. Em qual período você está matriculado () 2º período () 4º período () 6º período () 8º período () 10º período () Despriorizado	9. Como você mais usou o recurso do auxílio estudantil? (marque até 3 opções) () Refeição no RU () Compras de Materiais Didáticos () Despesa de aluguel () Despesa com Transporte () Despesa com higiene pessoal
3. Você já foi beneficiado por algum dos seguintes auxílios? (Marque todos os que se aplicam) () Auxílio Acadêmico () Auxílio Calouro () Auxílio Curumim-Cunhantã () Auxílio Emergencial () Auxílio Inclusão Digital () Auxílio Moradia () Residência Universitária () Nenhum	10. Qual é sua principal dificuldade como estudante interiorano? () Moradia () Alimentação () Transporte () Acesso à tecnologia () Adaptação cultural/social () Outra:
4. Qual desse benefício você está ganhando atualmente () Auxílio Acadêmico () Auxílio Calouro () Auxílio Curumim-Cunhantã () Auxílio Emergencial () Auxílio Inclusão Digital () Auxílio Moradia () Residência Universitária () Nenhum	11. Você sente que a assistência estudantil considera as especificidades culturais e sociais dos estudantes indígenas e ribeirinhos? () Sim () Parcialmente () Não () Não sei responder
5. Os auxílios estudantis foram significativos na composição do seu orçamento mensal? () Muito () Pouco () Insignificante	12. Como você avalia o atendimento e suporte oferecido pela equipe da assistência estudantil? () Excelente () Bom () Regular () Ruim () Não utilizei
6. O(s) auxílio(s) recebido(s) foram suficientes para cobrir suas principais necessidades durante o curso? () Sim, totalmente () Parcialmente () Não foram suficientes () Não recebi auxílio	13. Você já participou de alguma atividade de apoio psicossocial promovida pela assistência estudantil? () Sim () Não () Não sabia que existia
7. Você considera que os auxílios contribuíram para sua permanência na universidade? () Sim, de forma decisiva () Sim, mas com limitações () Não influenciaram () Não recebi auxílio	14. Você gostaria de sugerir melhorias nas políticas de assistência estudantil? () Sim () Não () Talvez

Apêndice B-Roteiro de entrevista

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Instituto de Natureza e Cultura

Curso Bacharelado em Administração

ROTEIRO DE ENTREVISTA (GAEST)

Roteiro aberto para Gerência de Assistência Estudantil– INC/UFAM. Ele visa aprofundar a compreensão sobre a implementação, os desafios e os impactos das políticas de assistência estudantil na permanência e desempenho acadêmicos dos discentes interioranos

1. Na sua opinião, qual a importância da assistência estudantil na permanência dos alunos interioranos no INC-UFAM?
2. Quais são os principais auxílios estudantis, atualmente ofertados pelo INC-UFAM? Há previsão de novos auxílios ou reformulações?
3. Quais critérios são utilizados para a seleção dos estudantes beneficiados pelos auxílios? Você considera esses critérios adequados à realidade dos discentes interioranos?
4. Na sua percepção, quais são os maiores desafios enfrentados pela assistência estudantil no campus de Benjamin Constant?
5. Como a equipe de assistência estudantil avalia o impacto dos auxílios (moradia, alimentação, transporte, inclusão digital etc.) no desempenho acadêmico dos estudantes?
6. Existem mecanismos institucionais de acompanhamento e avaliação da eficácia dos programas de assistência estudantil? Se sim, como funcionam?
7. De que forma a assistência estudantil atende às especificidades culturais e sociais dos estudantes (não indígenas e não ribeirinhos) que não são do município sede da universidade?
8. De que forma a assistência estudantil atende às especificidades culturais e sociais dos estudantes indígenas e ribeirinhos?
9. Há parcerias com outras instituições ou setores da universidade para ampliar o alcance e a efetividade das ações de assistência?
10. Como o Instituto de Natureza e Cultura lida com situações emergenciais que afetam a permanência dos estudantes, como problemas de saúde, crises familiares ou desastres naturais?
11. Segundo o seu entendimento, o que deveria ser aprimorado nas políticas de assistência estudantil no INC-UFAM?